

2º Período

Introdução à Linguística Aplicada

*Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti
Rosana Denise Koerich
Adriana Kuerten-Dellagnelo*

Florianópolis, 2008.

Governo Federal

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Educação: Fernando Haddad

Secretário de Ensino a Distância: Carlos Eduardo Bielschowky

Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil: Celso Costa

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Alvaro Toubes Prata

Vice-reitor: Carlos Alberto Justo da Silva

Secretário de Educação a Distância: Cícero Barbosa

Pró-reitora de Ensino de Graduação: Yara Maria Rauh Muller

Departamento de Educação a Distância: Araci Hack Catapan

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão: Débora Peres Menezes

Pró-reitor de Pós-Graduação: José Roberto O'Shea

Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social: Luiz Henrique
Vieira da Silva

Pró-reitor de Infra-Estrutura: João Batista Furtuoso

Pró-reitor de Assuntos Estudantis: Cláudio José Amante

Centro de Ciências da Educação: Carlos Alberto Marques

Curso de Licenciatura em Letras-Espanhol na Modalidade a Distância

Diretora Unidade de Ensino: Viviane Heberle

Chefe do Departamento: Rosana Denise Koerich

Coordenador de Curso: Maria José Damiani Costa

Coordenador de Tutoria: Vera Regina de A. Vieira

Coordenação Pedagógica: LANTEC/CED

Coordenação de Ambiente Virtual: Hiperlab/CCE

Projeto Gráfico

Coordenação: Luiz Salomão Ribas Gomez

Equipe: Gabriela Medved Vieira

Pricila Cristina da Silva

Adaptação: Laura Martins Rodrigues

Equipe de Desenvolvimento de Materiais

Laboratório de Novas Tecnologias - LANTEC/CED

Coordenação Geral: Andrea Lapa

Coordenação Pedagógica: Roseli Zen Cerny

Material Impresso e Hiperímia

Coordenação: Thiago Rocha Oliveira

Revisão: Laura Martins Rodrigues

Diagramação: Thiago Felipe Victorino

Preparação de Gráficos: Thiago Felipe Victorino

Revisão gramatical: Rosangela Santos de Souza

Design Instrucional

Coordenação: Isabella Benfca Barbosa

Designer Instrucional: Felipe Vieira Pacheco

*Copyright@2008, Universidade Federal de Santa Catarina
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida
e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade
Federal de Santa Catarina.*

Ficha catalográfica

C411i

Cerutti-Rizzatti, Mary Elizabeth

Introdução à linguística aplicada / Mary Elizabeth Cerutti-
Rizzatti, Rosana Denise Koerich, Adriana Kuerten-Dellagnelo.

— Florianópolis : LLE/CCE/UFSC, 2008.

68 p.

ISBN 978-85-61483-05-0

1. Linguística aplicada. 2. Conceção habitual. 3. Conceção
emancipadora. I. Koerich, Rosana Denise. II. Kuerten-Dellagnelo,
Adriana. III. Título.

CDU 51

Catologação na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca da UFSC

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

Unidade A	9
------------------------	----------

Introdução	11
------------------	----

1. Trajetória da Lingüística Aplicada: Breve Panorama Histórico	13
---	----

2. <i>LA: Um Olhar Sobre a Concepção Habitual</i> dessa Disciplina.....	15
---	----

Unidade B.....	31
-----------------------	-----------

Introdução	33
------------------	----

3. Ressignificação do objeto de estudo: do ensino de línguas para a sociedade em geral.....	35
---	----

4. A busca dos fios da rede: interpenetração das disciplinas no campo da <i>Lingüística Aplicada</i>	39
--	----

5. O caminho em construção.....	43
---------------------------------	----

Unidade C.....	47
-----------------------	-----------

Introdução	49
------------------	----

6. <i>Língua(gem)</i> e cognição	51
--	----

7. <i>Língua(gem)</i> e Sociedade	57
---	----

8. <i>Língua(gem)</i> e Ensino de Línguas.....	61
--	----

Considerações Finais..... 65

Referências 67

Apresentação

Caro(a) aluno(a):

Apresentamos a você o material impresso da disciplina *Introdução à Lingüística Aplicada*, que faz parte do rol de disciplinas da segunda fase do CURSO de LICENCIATURA em LETRAS – ESPANHOL na modalidade a distância.

Na qualidade de introdutória, a disciplina oferecerá um panorama desta área de conhecimento científico multi/interdisciplinar – a *Lingüística Aplicada* – procurando responder a questões essenciais como “o que é *Lingüística Aplicada*?”, ou seja, “Como a disciplina é definida, conceituada por diferentes autores?”, “Como se deu a evolução histórica da inserção da disciplina nos cursos de Letras no panorama internacional e nacional?”, “Que conteúdos compõem a disciplina?”, “Que áreas de pesquisa são desenvolvidas em seu domínio?”, dentre outras.

Para tanto, este material estrutura-se em três unidades de estudo. Na Unidade A, discutimos o surgimento da *Lingüística Aplicada*, procedendo à contextualização histórica desse processo. Ainda nesta Unidade, descrevemos a concepção que chamamos de *habitual* em *Lingüística Aplicada*, concebendo-a como disciplina *usuária* de teorizações da *lingüística teórica*. Trata-se de uma abordagem na qual convidamos você a refletir em que medida, de fato, a atividade do lingüista aplicado corresponde a essa limitação.

Na Unidade B, nosso foco de estudo é a concepção *emancipadora* da *Lingüística Aplicada*, uma proposta que toma essa área de estudo sob uma perspectiva mais ampla, requerendo *status* teórico para a ação do lingüista aplicado e concebendo esse recorte científico como necessariamente imbricado a outras ciências, em uma perspectiva inerentemente dialógica e interdisciplinar.

Finalmente, na Unidade C, o tópico de discussão remete a estudos contemporâneos que envolvem cognição, sociedade, cultura e história e ensino de língua estrangeira. Nessa Unidade, tematizamos estudos da *Lingüística Aplicada* de ampla repercussão na atividade acadêmica atual, enfatizando pesquisas e publicações que se ocupam de questões pertinentes a esse espectro.

Esperamos que o conteúdo deste livro-texto contribua para situar você em nosso campo de estudos e possa efetivamente instigar sua curiosidade sobre os temas aqui topicalizados. Entender a *língua(gem)* como objeto social e discutir a forma como os usuários se valem dela em sua atividade interativa é, de alguma forma, entender melhor o ser humano, afinal, em nossa compreensão, as línguas surgiram, existem e se modificam para estar a serviço da sociabilidade e da cognição da espécie humana como tal.

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti

Rosana Denise Koerich

Adriana Kuerten-Dellagnelo

Unidade A

LA: surgimento e *concepção*
habitual



Introdução

Ao final desta Unidade, você deve ser capaz de reconhecer o percurso da Lingüística Aplicada no mundo e no Brasil, bem como conceituar este campo de estudos no âmbito das discussões empreendidas neste livro, definindo seu escopo no quadro das ciências lingüísticas e identificando as suas áreas de atuação e de desenvolvimento de pesquisas. Para tanto, nossa disciplina desenha, ainda que em linhas gerais, a trajetória histórica dessa ciência, bem como identifica seu escopo, focalizando o processo de ensino e aprendizagem de línguas.

Importa a ressalva inicial de que entendemos, para as finalidades deste estudo, a *Lingüística Aplicada* como **campo** e não mais como **disciplina**. Essa compreensão deve-se às atuais propostas de *trans/inter/indisciplinaridade* que marcam as discussões dos lingüistas aplicados, como poderemos ver na Unidade B deste livro, na qual particularizaremos nosso entendimento acerca das distinções entre os três prefixos que distinguem conceitualmente a *disciplinaridade*.

De todo modo e sob quaisquer perspectivas, refletir sobre *Lingüística Aplicada* requer, preliminarmente, considerar que a *língua(gem)* ocupa lugar central na vida humana; afinal, é ela que nos permite a *simbolização do real*, uma vez que viabiliza a formação de conceitos, a abstração e a organização, em nosso sistema **cognitivo**, da realidade externa a nós. A linguagem permite-nos, ainda e fundamentalmente, a interação social, condição para a vida em sociedade.

Em razão, sobretudo, dessas funções, a *língua(gem)* tem sido, historicamente, uma questão muito estudada pelo homem, no entanto, somente no final do século XIX e no início do século XX – com a contribuição de Ferdinand de Saussure –, estabeleceu-se oficialmente a ciência lingüística, tendo como objeto de estudo a *língua(gem)*. Após essa fase inicial de consolidação da Lingüística como ciência, em meados do século XX, começaram a surgir estudos que partiam da abstração do conhecimento lingüístico para a aplicação desse conhecimento em situações reais de uso de *língua(gem)*. Desse movimento emergiu a Lingüística Aplicada como recorte dos estudos lingüísticos.

Por sistema cognitivo, para as finalidades deste estudo, entendemos o aparato que o cérebro suporta e as atividades que nele se realizam. A informação entra no cérebro pela via dos sentidos, e o cérebro a processa, por meio da atividade sináptica, ou seja, das conexões entre as células nervosas.

Parecem evidentes, nesse contexto, dois dos movimentos característicos dos estudos lingüísticos ao longo de sua história: o viés *formalista* e o viés *sociológico*, encaminhamentos teórico-epistemológicos amplamente discutidos na disciplina *Introdução aos estudos da linguagem*.

Esta Unidade trata do processo histórico de delineamento da *Lingüística Aplicada* e a instauração desse campo de estudos sob as bases do que optamos chamar, para fins desta disciplina, de *concepção habitual*, construto que se desenhou a partir dos anos cinqüenta. Na próxima Unidade, como aludimos na apresentação, discutiremos a *concepção emancipadora* da *Lingüística Aplicada*, a qual tem ganhado espaço em reflexões contemporâneas e ainda se mostra em fase de legitimação.

1 Trajetória da Lingüística Aplicada: breve panorama histórico

Um resgate histórico da *Lingüística Aplicada* remete à Segunda Grande Guerra, cenário a partir do qual essa disciplina emergiu, o que se deu por duas razões centrais: por um lado, o pioneirismo foi instigado por atos de guerra (destacando-se o atentado a Pearl Harbor, em 1941) que evidenciaram a necessidade premente de se estabelecer comunicação eficaz entre falantes de diferentes línguas, aliados de guerra ou não. Por outro, o surgimento dessa disciplina deveu-se ao reconhecimento da ineficiência do método de ensino e aprendizagem de língua estrangeira – Gramática e Tradução –, vigente na época, que tinha como objetivo o desenvolvimento da habilidade de leitura, pautando-se no estudo de regras gramaticais e na tradução de listas de palavras para possibilitar a interpretação de textos. Podemos inferir que os esforços dos lingüistas no desbravamento de novos caminhos nesse contexto deram vazão a trabalhos que hoje se caracterizam como o alvorecer da *Lingüística Aplicada* na condição de campo de estudos científicos.

Dentre esses trabalhos, está o primeiro volume do periódico *Language Learning: a Quarterly Journal of Applied Linguistics* (Aprendizado de Línguas: um periódico trimestral de *Lingüística Aplicada*), encabeçado por Charles Fries e concebido como um veículo de difusão de informações sobre o trabalho desenvolvido no *English Language Institute* (Instituto de Língua Inglesa), fundado naquela Universidade no ano de 1941.

É importante reiterar que o surgimento e os primeiros passos da *Lingüística Aplicada* aconteceram no ambiente da Segunda Guerra e no período imediatamente pós-guerra, motivados por necessidades urgentes no campo do ensino e do aprendizado de línguas estrangeiras. Dessa forma, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, a *Lingüística Aplicada* foi concebida como a consolidação de um enfoque científico ao ensino de línguas estrangeiras, isto é, como um oferecimento de soluções científicas para os problemas relacionados ao ensino de línguas, denominando-se, assim, em sua origem, *Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas*.

Com bases fortemente fundamentadas na psicologia *behaviorista*, que preconizava o estudo do comportamento humano – incluindo a aprendizagem – em situações de condicionamento provocado por repetidas ações de estímulo-resposta, o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras era, então, tratado como uma atividade de formação de hábitos, processo do qual surgiu o método áudio-lingual.

No final da década de 1950, a *Linguística Aplicada* passou a coexistir com a teoria lingüística gerativo-transformacional de Chomsky, contra a qual se rebelou. Nesse movimento, consolidou seu interesse primordial pela resolução de problemas lingüísticos e desenhou-se como uma ciência focada na *língua(gem)* em uso, sob vários aspectos concebida como não-produtora de teorias, perfil que caracterizou esse recorte de estudos científicos ao longo das últimas décadas.

2 LA: um olhar sobre a *concepção habitual* dessa disciplina

A Lingüística, desde as teorizações de Saussure mencionadas na seção anterior, tem a *língua(gem)* como objeto de estudo, entendida como sistema estrutural e como convenção social partilhada pelos usuários de uma determinada comunidade lingüística historicamente concebida. Ao estabelecer a *língua(gem)* como objeto da Lingüística, Saussure não teria focalizado a fala, por concebê-la **heteróclita**, isto é, de difícil sistematização para estudo. Essa dificuldade estaria, entre outras razões, no fato de que os falantes tendem a imprimir, no uso que fazem da língua, características pessoais de articulação, entonação, ênfase etc. Agregue-se a isso a consideração de que os contextos em que tais usos se processam revelam características únicas sob o ponto de vista cultural, histórico e social, sem mencionar implicações de intencionalidade que tipificam a fala, como, por exemplo, o uso de ironias e de linguagem figurada.

Essas questões já foram discutidas em nosso curso, e nós as retomamos aqui porque entendemos que a herança saussuriana tem suscitado, desde a origem do estruturalismo, um olhar mais teórico para os estudos lingüísticos, havendo interpretações no sentido de que estudar a *língua(gem)* em uso corresponderia a uma opção “menos científica” dos profissionais da área. Em nossa compreensão, não foi esse o objetivo de Saussure ao conceber a fala como “heteróclita”, tanto que o Curso de Lingüística Geral registra a consideração desse teórico acerca da necessidade de haver uma “lingüística da fala”.

Se a *Lingüística Aplicada* emergiu de preocupações características da Segunda Grande Guerra, na mesma época, como registramos no final da seção anterior, ganharam força estudos de natureza formalista, a exemplo das teorizações gerativistas de Noam Chomsky, às quais já fizemos referência em estudos anteriores em nosso Curso. Chomsky, a exemplo de Saussure, é teórico que toma a língua em sua abstração e não no uso que dela fazem os falantes de uma determinada comunidade lingüística em situações reais de fala.

Na disciplina *Introdução aos Estudos da Linguagem*, você já teve contato com o pensamento saussuriano. Lá, procuramos deixar claro que não foi Ferdinand de Saussure que escreveu o Curso de *Lingüística Geral*; quem o fez foram admiradores de seu trabalho. Logo, temos optado por referenciar o nome da obra e não o nome de Saussure.

Estamos retomando esse tema aqui porque concordamos com Rajagopalan (2005) no entendimento de que os estudos lingüísticos, a partir da Segunda Grande Guerra, sobretudo nos Estados Unidos, receberam vultosos recursos de pesquisa endereçados a teorizações lingüísticas, não exatamente de natureza aplicada, mas de natureza essencialmente formalista.

Resgatando considerações feitas na disciplina *Introdução aos estudos da linguagem*, lembramos que a vertente formalista, em nossa área de estudo, ocupa-se com discussões sistêmicas da estruturação das línguas e/ou com reflexões acerca da imanência dessas mesmas línguas, concebidas sob a perspectiva internalista da constituição cognitiva dos sujeitos. Expliquemos isso melhor. As investigações de natureza formal, via de regra, não focalizam as línguas em uso; ao contrário, tomam-nas como objeto de estudo em sua natureza abstrata, potencial, idealizada. O que interessa não são “os falante de carne e osso”, que interagem em situações reais de comunicação, mas falantes ideais, tomados abstratamente, e línguas concebidas como sistemas passíveis de serem detalhados em sua constituição interna.

Assim, se, na primeira metade do século XX, predominaram estudos formalistas com base em Saussure, na segunda metade desse mesmo século, ganharam espaço expressivo estudos formalistas de base gerativista, os quais já foram objeto de nossa atenção em disciplina anterior neste Curso. Logo, a *Lingüística Aplicada* surgiu e se consolidou na mesma época em que o pensamento de Chomsky se tornava mundialmente conhecido e após décadas de herança saussuriana. Podemos, a partir disso, inferir dificuldades inerentes ao processo de consolidação da *Lingüística Aplicada*, cujo objeto era a *língua(gem)* em uso, em situações reais de interação, ou seja, o foco oposto dos estudos saussurianos e chomskyanos.

Como você pode observar, a *Lingüística Aplicada* delinea-se como campo de estudos de base *funcionalista*, opondo-se a abordagens de cunho *formalista*. Em nossa reflexão, ocupamo-nos de contrapor a *Lingüística Aplicada* ao pensamento formalista chomkyano, e não o fizemos na mesma medida em relação ao formalismo de Saussure por razões de cronologia histórica.

O surgimento da *Lingüística Aplicada* aconteceu em meados do século XX, quando as influências do pensamento estruturalista saussuriano começaram a dar lugar à emergência e à consolidação do formalismo gerativista de Chomsky.

Sobre o período pós-Segunda Grande Guerra, escreve Rajagopalan (2006, p. 152):

[...] a forma como as pesquisas lingüísticas foram conduzidas nessa época foi determinada pelas expectativas criadas em torno de suas possíveis aplicações. Por um lado, as agências de fomento começaram a investir pesadamente em pesquisas lingüísticas, esperando resultados palpáveis, como métodos sofisticados de quebra de códigos secretos, tradução automática e instantânea etc. Por outro lado, os pesquisadores foram cada vez mais atraídos pela possibilidade e agradar as agências, cujos interesses específicos demandavam certos tipos de pesquisa em detrimento das demais e, dessa forma, recebiam mais verbas.

Ainda que houvesse interesse pelos estudos aplicados, esse contexto teria favorecido a não-priorização de pesquisas de cunho sociológico e antropológico em favor de pesquisas de natureza formal, entre as quais, e sobremaneira, os estudos gerativistas de Noam Chomsky. As abordagens formalistas aproximaram a Lingüística das ciências chamadas “naturais” e, no entendimento de muitos estudiosos, tornaram mais científicas as pesquisas desse campo.

A concepção de que os estudos de base formalista conferem à Lingüística maior cientificidade, em novo entendimento, deve-se ao foco na imanência da *língua(gem)*, relativizando, se não denegando, o uso social a que se presta. As teorizações de base gerativista contribuíram de modo substantivo para a legitimação dessa concepção.

O gerativismo chomskyano é uma escola de pensamento que, historicamente, propõe representações quase matemáticas para as estruturas das línguas. Trata-se da busca dos universais lingüísticos, características compartilhadas por todas as línguas do mundo e que, em tese, consti-

tuiriam uma *Gramática Universal* com a qual todos os seres humanos seriam dotados como espécie, em sua condição inata; ou seja, as pessoas nasceriam com um conjunto de conhecimentos lingüísticos comuns a todos os idiomas existentes.

Mais uma vez Rajagopalan (2006, p. 153):

Cabe ressaltar aqui que o caráter científico que a lingüística passou a reivindicar a partir da revolução chomskyana fazia com que os lingüistas da geração anterior – os seguidores da lingüística estrutural [herdeiros de Saussure] – parecessem meros amadores brincando de fazer ciência. [...] a lingüística [sob o olhar dos seguidores de Chomsky] só podia reivindicar o status de verdadeira ciência se conseguisse atingir, além da adequação observacional e descritiva, uma adequação explanatória [...] E a adequação explanatória significava, para ele, fincar a competência lingüística em princípios ainda mais abstratos.

Explicamos isso melhor. O programa de investigação científica de Noam Chomsky começou com a chamada “Teoria Padrão”, um conjunto de regras de reescrita em formato de arborizações: representações esquemáticas com desdobramentos da posição horizontal para a posição vertical, as quais mostravam todas as subdivisões existentes em uma oração. Essas regras traduziriam a representação das sentenças possíveis em uma língua; eram compostas de núcleos nominais e núcleos verbais com todos os seus desdobramentos.

Vejamos um exemplo simples dessas arborizações.

Uma oração, sob essa perspectiva, apresenta como constituintes básicos um sintagma nominal (SN) e um sintagma verbal (SV).

Observemos o que cada qual das siglas significa:

O = oração

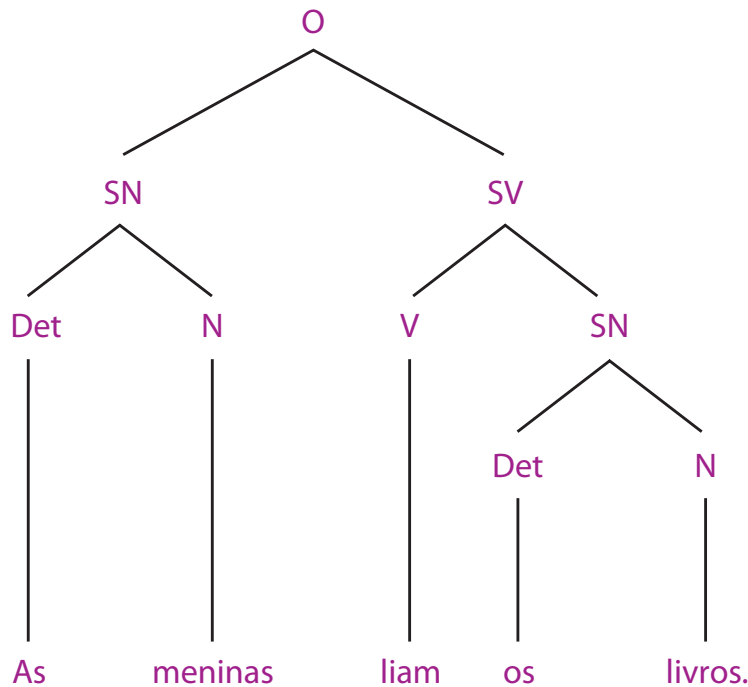
SN = sintagma nominal

SV = sintagma verbal

Det = determinante

N = nome

V = verbo



Nesta *árvore*, podemos visibilizar as relações existentes entre os vocábulos que formam cada um dos sintagmas. As estruturas oracionais, porém, sob essa perspectiva teórica, podem ser bem mais complexas, apresentando um maior número de elementos, como *sintagmas preposicionais* e *sintagmas adjetivais*.

Tais conjuntos de regras, no entanto, com o tempo mostraram-se muito complexos e passaram a viabilizar representações de estruturas inexistentes nas línguas. Houve, então necessidade de enxugamento progressivo das teorizações. Da “Teoria Padrão”, Chomsky passou para a “Teoria Padrão Estendida”, uma tentativa de redução do número de regras. Os problemas, no entanto, continuaram, e o enxugamento prosseguiu até haver um abandono das regras de representação em favor da defesa da existência de *princípios* gerais a todas as línguas, inatos nos seres humanos, e *parâmetros* específicos de cada idioma.

Trata-se de implicações da “Teoria de Princípios e Parâmetros”, que apregoa, na essência, que o ser humano nasceria com uma *Gramática Universal* formada de *princípios* especificados, comuns a todas as línguas (o fato, por exemplo, de todas as línguas terem núcleos nominais e nú-

cleos verbais), e *parâmetros* subespecificados que precisariam ser marcados a partir das características de cada língua (o fato, por exemplo, de, no português, podermos preencher ou não a posição de sujeito – *João saiu* ou, apenas *Saiu*. – o que não acontece no inglês.) (RAPOSO, 1992)

Por que estamos fazendo esse registro? Para mostrar a você que, a exemplo do que registramos sobre Rajagopalan (2006) em referência anterior, o programa chomskyano tornou-se cada vez mais abstrato, mais matemático, aproximando-se muito das teorizações das ciências naturais, o que conferiu à Lingüística *status* diferenciado dentre as ciências humanas, afinal ela gozava de formalizações exatas, precisas, de abstração pura.

Essas considerações permitem-nos inferir que o fortalecimento da visão formalista nos estudos lingüísticos, evidenciada, sobretudo, na segunda metade do século XX, com Noam Chomsky e seus seguidores, projetou a lingüística, no mundo inteiro, como um campo de estudos eminentemente formal, insistimos, quase matemático. O grande sucesso do programa gerativista e a excelência reconhecida do pensamento de Chomsky parecem ter sido fatores determinantes para a estigmatização de grande parte dos estudos lingüísticos de base sociocultural e histórica, ou seja, os teóricos que tratavam a língua como representação cultural, não raro, viraram alvo de preconceito.

Muitos pesquisadores, desde então, passaram a conceber os estudos da língua tomada como objeto social uma atividade *menor* de pesquisa. A expressão metafórica “Isso é perfumaria.”, usada para designar tais estudos de base social, tornou-se recorrente nos bastidores de muitas universidades, revelando, em grande medida, concepções de ciência de fundamentação positivista.

Explicamos isso melhor. O formalismo de Chomsky trazia consigo níveis de dificuldade bastante expressivos para que fosse compreendido, isso porque se ancorava em representações muito complexas, e poucos estudiosos nelas se embrenharam com tenacidade suficiente para dominá-las de fato. Logo, o nível de dificuldade e de abstração passou a ser concebido por muitos como sinônimo de *ciência*, porque implicava verificação, neutralidade e quase uma “asepsia”, um isolamento

rigoroso de fatores externos como *sociedade*, *cultura* e *história*, variáveis que, nesse visão, comprometeriam a exatidão das teorizações. É a partir dessa configuração que a Lingüística, como comentamos anteriormente, aproximou-se muito das chamadas ciências naturais.

Nesse contexto, dada a prevalência e o status da abordagem formalista, a *Lingüística Aplicada*, um estudo ainda em busca de legitimação, encontrou sérias dificuldades para se colocar como campo produtor de teorias, sendo relegada à aplicação de teorizações abstratas e formais; mais uma vez, na visão de grupos de determinados estudiosos, um campo *menor*. Cabia à *Lingüística Aplicada* tomar emprestadas, da lingüística formal, teorias abstratas prestigiadas para, com base nelas, propor alternativas de solução a questões práticas de uso da *língua(gem)*. Como conseqüência, o trabalho dos lingüistas aplicados ganhou conotações de atividade menos complexa e, possivelmente por isso, “menos científica”.

Definições “clássicas” dão conta dessa dimensão. Cabia à *Lingüística Aplicada*, sob esse olhar, endereçar o conhecimento lingüístico a algum objeto, não constituindo, ela mesma, um estudo teórico em si, mas tão-somente a *colocação* em *uso* de teorias previamente dadas. Assim, sob essa perspectiva, não era um campo de estudos potencialmente capaz de criar teorias; cabia-lhe apenas dar aplicabilidade a teorias produzidas nos estudos formalistas.

O lingüista aplicado, desse modo, seria um consumidor ou um usuário de teorias; estaria focado no estudo da língua e da lingüística no que concerne a problemas práticos, tais como lexicografia, tradução, patologias da fala, ensino de línguas, entre outros enfoques. (KUMARAVADIVELU, 2006). Widdowson (1996, p. 125), nessa linha de raciocínio, definiu a *Lingüística Aplicada* como “[...] uma área de investigação que procura estabelecer a relevância de estudos teóricos da linguagem para problemas cotidianos nos quais a linguagem está implícita.”

Nessa discussão, alguns teóricos avançaram, considerando a *Lingüística Aplicada* como “[...] investigação *teórica* e empírica de problemas reais nos quais a linguagem é uma questão central [...]” (BRUMFIT, 1995, p. 27, grifo nosso); ou seja, não descartaram a ação teórica do lingüista aplicado, mas, mesmo assim, em nosso entendimento, tomaram-no especialmente

na condição de *usuário* de teorias produzidas na lingüística teórica, nesse caso, a lingüística formal, em franca expansão e evidência no mundo inteiro na segunda metade do século XX, como já insistentemente aludimos.

Esse olhar que chamamos de *habitual*, remete, pois, à *Lingüística Aplicada* concebida como estudo que toma formalizações teóricas já conhecidas e discute em que medida tais formalizações podem contribuir para a compreensão de fenômenos lingüísticos situados na sociedade. Nessa perspectiva, a escola tem sido o destinatário mais freqüente das pesquisas em *Lingüística Aplicada*, já que os processos de ensino e aprendizagem de língua materna ou de línguas estrangeiras envolvem fundamentalmente a *língua(gem)* em uso.

Sobre isso, Signorini (1998) argumenta que a LA, nessa fase aplicacionista, tratava das questões lingüísticas de maneira fragmentada, priorizando o enfoque em problemas de natureza teórico-disciplinar. Em nome da integridade do aparato conceitual e teórico-metodológico, ou seja, temendo *violar* as proposições dos lingüistas teóricos, o lingüista aplicado, não raro, simplificava a complexidade do objeto de investigação. Para fazer isso, procurava *desemaranhar as linhas da rede, purificar* um objeto de **natureza híbrida**, isto é, *limpá-lo* das tantas variáveis que naturalmente o compõem; afinal, a condição sociocultural e historicamente complexa da língua em uso não parece passível de estudo sob as lentes de teorias puristas.

Na década de 1980, por exemplo, no Brasil, emergiram, muito fortemente, considerações sobre a necessidade de rever postulados de ensino e aprendizagem da língua focados nas normalizações gramaticais. Luft (1986), em uma obra já “clássica” chamada *Língua e liberdade*, publicada por LP&M Editores, aludiu a teorizações formalistas da época para propor uma revisão radical na abordagem gramatical normativa que vigorava na concepção escolarizante de língua de então; isto é, buscou referenciais na teoria formalista para contrapor-se ao modo como a escola ensinava língua materna.

A obra foi objeto de atenção em grande parte das escolas do país, e a tese que veiculava ganhou, de imediato, a adesão de inúmeros professores de língua materna no Brasil inteiro: importava mudar a prática de ensino de língua portuguesa, e isso se justificava, em boa parte, à luz de teoriza-

ções formalistas da época. No caso específico dessa obra de Luft, um dos principais eixos de argumentação era a distinção entre *gramática internalizada* (que remetia ao conceito de *Gramática Universal*, de Chomsky) e *gramática normativa*, entendida como não-científica e excludente.

Vários estudiosos, sobretudo nas décadas finais do século passado, debruçaram-se sobre a discussão da necessidade de rever princípios norteadores da atividade escolar em língua materna, movidos, tais estudiosos, por teorizações lingüísticas de caráter mais formal. Estudos sobre leitura, por exemplo, fundamentaram-se em pesquisas da Psicolingüística de abordagem *internalista*, que descrevia modelos de processamento cognitivo – como a informação “entra” no cérebro, e o que o cérebro “faz” com ela –, particularizando o funcionamento da memória, da percepção e de outros itens.

Angela Kleiman, no livro *Oficina de leitura*, publicado pela editora Pontes e amplamente conhecido por professores da área de Letras, dedica todo um capítulo para descrever o processamento cognitivo da leitura sob essa perspectiva internalista – inferências sobre o funcionamento do cérebro no ato de ler.

Discussões na área da alfabetização, por exemplo, também se valeram, e ainda o fazem, de teorias dessa mesma natureza para chamar a atenção acerca da necessidade de desenvolvimento da consciência fonêmica na aprendizagem da leitura e da escrita. Psicolingüistas aplicados, como Marcelino Poerch e Leonor Scliar-Cabral têm publicações diversas sobre o tema.

Nas últimas décadas do século XX, pesquisas na área da Sociolingüística e na área das teorias de texto e de discurso começaram a focalizar de modo mais efetivo a língua em uso e as implicações da atividade enunciativa e interacional; ou seja, passaram a dar destaque às ações discursivas em contextos específicos, preocupando-se com as implicações de sentido depreensíveis dessa abordagem. O foco desses estudos passou a ser os sujeitos interactantes, isto é, os seres humanos em situações reais de fala.

Nesse período, de modo mais evidente, disciplinas dos estudos lingüísticos como a Sociolingüística, a Lingüística Textual, a Análise do Discurso, a Análise da Conversa, a Etnolingüística, entre outras, poten-

Por perspectiva internalista, compreendemos os estudos que focalizam o funcionamento da mente/cérebro, entendendo as relações sociais, não em sua complexidade, mas tão-somente como input (entrada de informações) para o processamento da informação no sistema cognitivo.

cializaram o estudo de dimensões sociais, culturais e históricas do uso da língua. Essas disciplinas, tendo em comum a concepção de língua como objeto social, redundaram em importantes teorizações cujo impacto se evidenciou em estudos aplicados. Essa repercussão incidiu sobre a concepção *habitual de Lingüística Aplicada*, contribuindo para modificá-la. A recorrência de publicações nessas áreas trouxe novos olhares sobre a condição de *usuária de teorias* atribuída até então à *Lingüística Aplicada*.

Discutamos alguns exemplos que ilustram esse processo. Magda Soares, na obra *Linguagem e escola*, uma publicação bastante conhecida da editora Ática, livro de 1986, valeu-se de teorizações sociolingüísticas de William Labov para defender a necessidade de respeito, por parte da escola, à variedade de fala dos alunos.

Angela Kleiman, autora já citada anteriormente, em um livro, por ela organizado e bastante referenciado, cujo título é *Os significados do letramento*, publicação da editora Mercado das Letras, pautou-se, nessa obra, em estudos de natureza etnográfica na área da língua, realizados por pesquisadores como Heath (1992) e Street (1984). Dentre os objetivos de Kleiman, infere-se o intuito de chamar a atenção dos educadores para as limitações de um modelo de letramento centrado em uma concepção erudita e excludente da língua escrita. A diferença entre essas abordagens e as abordagens formalistas e internalistas é, sobretudo, a adoção de um olhar voltado para a língua como objeto social e, diferentemente do que se verificava até então, a adoção de uma postura que requer *status* de teorização, uma *Lingüística Aplicada* que começava a se colocar como produtora de teoria.

O conceito de *letramento* é objeto de importantes discussões na modernidade, entendido como fenômeno que focaliza os usos sociais da escrita nas diferentes sociedades, quer sejam mais grafocêntricas ou menos grafocêntricas; isto é, mais centradas na escrita (a exemplo das grandes metrópoles) ou menos centradas na escrita (a exemplo de pequenos vilarejos). Assim, trata-se de um novo olhar sobre os usos da escrita, não mais tomando tais usos como sinônimos de “cultura elevada” ou erudição, apenas, mas concebendo-os em sua funcionalidade social.

Esse novo olhar considera de que modo sujeitos alfabetizados, analfabetos, mais escolarizados ou menos escolarizados lidam com a escrita em seu dia-a-dia.

Expliquemos melhor nosso entendimento desse processo. O amplo espectro de publicações teóricas na área do *texto e do discurso* e no que diz respeito à variação lingüística, à realidade dialetal e às questões ideológicas subjacentes à valorização desses dialetos e variedades viabilizou pesquisas e estudos sobre a realidade escolar de ensino da língua. Esse contexto favoreceu a socialização de importantes contribuições na área e significou um avanço rumo à valorização dos estudos da língua tomada como objeto social e não apenas como objeto formal.

Nomes como João Wanderley Geraldi, Sírio Possenti, Mário Perini e Luiz Percival Leme Britto, entre tantos outros expoentes, são emblemáticos na produção de estudos que suscitaram profundas reflexões na atividade pedagógica com língua materna no Brasil, reivindicando mudanças na configuração historicamente dada ao ensino de português. Geraldi (2001, p. 2) escreve: “Nas décadas de 80 e 90, o ensino de língua materna tornou-se um tema constante de pesquisas, congressos, debates, cursos, seminários e, obviamente de muitos livros.” Esses estudos, no entanto, se tomados sob a concepção *habitual de Lingüística Aplicada*, não produziram teorizações; usaram teorias lingüísticas para tratar de questões do cotidiano. Fica nosso questionamento acerca da verdade dessa ausência de teorizações científicas, ou seja, não haveria, de fato, produção teórica nesses estudos? A resposta seguramente depende do que entendemos por *ciência*.

Duas obras de Geraldi têm tido impacto significativo na escola: *Portos de passagem*, uma publicação da editora Martins Fontes, e o livro *O texto na sala de aula*, obra organizada por ele e reeditada mais recentemente pela Ática. Perini, por sua vez, destaca-se, nesse contexto, por uma publicação da editora Ática intitulada *Sofrendo a gramática*, na qual discute o ensino da norma padrão da língua portuguesa.

Não faremos distinção, para fins desta disciplina introdutória, entre texto e discurso, concebendo-os como a “colocação da língua em uso”. Outras disciplinas de nosso curso trabalharão essa questão de modo mais rigoroso.

Já Possenti tem sido referenciado na escola em razão especialmente da obra *Por que (não) ensinar gramática*, uma publicação da editora Mercado das Letras. Leme Britto, enfim, é amplamente conhecido na área da educação, principalmente em razão do livro *A sombra do caos*, publicação também da editora Mercado das Letras. Não informamos, aqui, o ano dessas publicações em razão de suas recorrentes reedições. A maior parte delas data da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990.

Mais recentemente, estudiosos como Marcos Bagno e Stella Maris Bortoni-Ricardo têm imprimido um ritmo de discussões, em boa medida político, advogando em favor do respeito à variação lingüística e do (re)conhecimento desse fenômeno na atividade escolar. A atuação desses lingüistas revela preocupação em dialogar com o processo educacional de modo a repercutir em favor de uma ação educativa ancorada em teorias lingüísticas.

Bagno tem duas publicações muito conhecidas e divulgadas nas escolas: *Preconceito lingüístico*, obra com várias reedições pela editora Loyola, e *A língua de Eulália*, igualmente reeditada várias vezes pela editora Contexto. Bortoni-Ricardo, por sua vez, tem tido penetração nas escolas com a obra *Educação em língua materna*, uma publicação da editora Parábola.

Não faremos, para fins desta disciplina, distinções teóricas entre gêneros textuais e gêneros discursivos, conceitos que constituem foco de atenção e polêmicas entre os estudiosos do tema.

Outro recorte que merece nossa atenção nesta discussão são os estudos de *gêneros textuais / discursivos*. Muitos lingüistas, hoje, vêm se dedicando a pesquisas sobre essa questão. O fundamento da maioria deles são teorizações de Bakhtin, filósofo da linguagem que estudamos na disciplina *Introdução aos estudos da linguagem*. As considerações de Bakhtin sobre *gêneros* chegaram ao Brasil na segunda metade do século XX e, desde lá, vêm inspirando um conjunto expressivo de investigações lingüístico-aplicadas, incluindo as formas como os gêneros textuais ou discursivos são focalizados na escola. Mais uma vez, trata-se de uma ação da *Lingüística Aplicada* que toma teorizações dos estudos lingüísticos para explicar ou descrever o cotidiano.

Sobre gêneros, Bakhtin (2003 [1979], p. 261) escreve:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana [...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes deste ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem [...] mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

O autor prossegue em sua reflexão, assinalando que o conteúdo, o estilo e a construção composicional estão vinculados, de modo inseparável, ao todo do enunciado e atendem a especificidades de um determinado campo do uso da linguagem. “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 262, grifos do autor).

O autor chama atenção para a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso, o que decorre das infinitas possibilidades do uso da linguagem na atividade humana. Destaca, ainda, a significativa heterogeneidade desses gêneros, tanto orais como escritos, mencionando desde os diálogos que ocorrem no dia-a-dia (variáveis em função do tema, da situação e dos participantes) até documentos oficiais, manifestações científicas e literárias. Reconhecendo essa significativa heterogeneidade, o autor adverte: “Não se deve, de modo algum, minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definir a natureza geral do enunciado.” (p. 263)

Mais um campo de pesquisas nessa área que merece registro é a chamada *Lingüística de corpus*, um ramo dos estudos lingüísticos que se ocupa de coletar e explorar *corpora*, ou seja, “[...] conjuntos de dados lingüísticos textuais, coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística. [...] (SARDINHA, 2000, p. 1) Nos estudos da lingüística de *corpus*, coletam-se dados de língua em uso e, a partir desse olhar na prática interacional,

são feitas teorizações; logo, a teoria é posterior à prática, o que coloca as teorizações na dependência da análise dos usos da língua.

Corpora é uma expressão latina, plural de *corpus*. *Corpus* é um conjunto de dados coletados para finalidades de análise. Determinadas vertentes da Lingüística Funcional, por exemplo, realizam pesquisas que coletam informações em periódicos da grande mídia com o intuito de mapear novos usos para itens lexicais da língua, como substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Esses processos requerem grande número de dados que legitimem conclusões acerca de tais novos usos. Tomemos, à guisa de exemplo, a palavra “horrores” – trata-se de um substantivo pluralizado que vem assumindo, de modo efetivo, a função de advérbio de intensidade, em enunciados do tipo “Comi horrores!” Mapear essas mudanças requer detectar grande número de incidência de tais usos no cotidiano dos falantes, daí a necessidade de organização de *corporas*.”

Escreve Rajagopalan (2006, p. 160):

O que torna a proposta da lingüística de corpus particularmente interessante neste sentido é que, antes de qualquer outra coisa, ela questiona um dos postulados da lingüística tradicional (teórica), com base em uma perspectiva de ordem eminentemente prática [...]. O surgimento da lingüística de corpus é evidência de que o progresso nesse campo de atuação relativa à linguagem dá-se em oposição à postura de promover a teoria sempre em primeiro lugar.

Importa particularizar, aqui, as expressivas mudanças pelas quais vêm passando a Lingüística Textual nos últimos anos, possivelmente uma das áreas mais reveladoras da atividade do lingüista aplicado. Considerando o significativo crescimento das neurociências, a Lingüística Textual no Brasil vem evidenciando uma busca crescentemente mais visível de interface com as ciências cognitivas – estudos que focalizam o funcionamento do cérebro no processo de apropriação de conhecimento.

A década de 1990 é considerada por muitos como a “década do cérebro” em razão do expressivo aumento de estudos acerca da atividade cerebral. Exames de neuroimagem gradativamente mais refinados e mais acessíveis contribuíram e têm contribuído para a otimização de

estudos nesse campo. Diante do novo quadro que vem se desenhando desde lá, atividades acadêmicas relacionadas com o processo de construção de sentidos na interação mediada por textos vêm perseguindo maior rigor explicativo com base nas neurociências.

Essa busca de aproximação, ainda que dificultada pelas restrições de equipamentos para programas de pesquisa em ciências humanas, traz consigo o intuito de estudar os processos de construção de sentidos por ocasião da textualização à luz da atividade neuronal, ou seja, considerando as conexões entre as células nervosas implicadas no processo de aprendizagem. Ingedore Villaça Koch, um dos maiores expoentes da Lingüística Textual no Brasil, em escritos recentes, tem advogado em favor dessa aproximação, fazendo alusões explícitas a vertentes de estudo que consideram o funcionamento biológico e fisiológico do cérebro humano.

Parece-nos difícil, enfim, “dizer” que o conjunto desses estudos, quer estejam eles situados na área da Sociolingüística, da Psicolingüística, da Análise do Discurso entre outras disciplinas, não implique produção de teoria, limitando-se à aplicação e uso de teorizações da lingüística teórica. Como podemos observar, o que está em discussão, na concepção que aqui chamamos de *habitual da Lingüística Aplicada* é o seu *status* teórico e a sua autonomia. Da forma como vem sendo tradicionalmente concebida, essa área dos estudos lingüísticos tem sido tomada como *aplicadora* de teorias da Lingüística como ciência, o que a destituiria da condição de *produtora de teorias* e, entendemos, da própria condição de *ciência*. Outra característica é ser vista como disciplina derivada da lingüística teórica e não como um campo autônomo de estudos.

Essa concepção *habitual* vem sendo objeto de questionamentos substantivos de estudiosos da área, sobretudo nos últimos anos. Tais questionamentos têm subjacente a reivindicação de uma transformação no modo como a Lingüística Aplicada é concebida no meio em que se insere. Reivindica-se uma mudança da condição de área *derivante* da lingüística teórica para a condição de área *autônoma*, produtora de teoria e de conhecimentos. Esse é o tópico de discussão na próxima Unidade deste livro.

Unidade B

LA: ressignificação do objeto de estudo e interdisciplinaridade



Introdução

Vimos, na Unidade anterior, que a *Lingüística Aplicada*, na segunda metade do século XX, foi concebida como *usuária* de construtos da lingüística teórica. Sob essa perspectiva, estavam bem delimitados os “territórios” das diferentes disciplinas: a Lingüística Textual, a Psicolingüística Aplicada, a Lingüística de *Corpus* etc., cada qual procedendo, a seu modo, a tais aplicações teóricas. Essa concepção *aplicacionista e fracionada* vem sendo objeto de discussão entre os lingüistas aplicados da modernidade. Parece voz corrente a busca pela ressignificação do objeto de estudo da *Lingüística Aplicada*, tanto quanto, em boa medida, a busca pela ruptura das fronteiras disciplinares bem marcadas até pouco tempo nesse campo.

3 Ressignificação do objeto de estudo: do ensino de línguas para a sociedade em geral

Discutir a nova postura da *Lingüística Aplicada* implica considerar reflexões que vêm sendo empreendidas sobre práticas de investigação nesse campo, a exemplo do que propõem Signorini e Cavalcanti (1998). Tais reflexões têm potencializado nova compreensão sobre a atividade do lingüista aplicado. Segundo Rojo (2007), isso se dá especialmente em razão da delimitação do interesse primário de pesquisa em *Lingüística Aplicada*, agora um universo que transcende o ensino de línguas; da discussão dos tipos de objetos de pesquisa selecionados, agora na sociedade em geral; e do debate acerca do caráter *inter* ou *transdisciplinar* das investigações, antes, disciplinares.

Para essa pesquisadora, “[...] parece haver um consenso entre os diferentes autores sobre as duas primeiras questões – o interesse primário de pesquisa e os objetos selecionados para estudo –, mas um conflito de posições e definições no que tange ao caráter *inter*, *multi*, *pluri*, *trans* ou *indisciplinar* das pesquisas.” (ROJO, 2007, p.1761, grifos nossos) Em nosso entendimento, esse conflito traz consigo implicações que têm a ver com a forma como a *Lingüística Aplicada* foi concebida ao longo da segunda metade do século XX. Tem relações, ainda, com o fato de a condição de *campo interdisciplinar* suscitar polêmicas em torno das fronteiras e dos contornos do que seja *ciência*, tomada, na maioria das vezes, sob um olhar positivista segundo o qual, sob vários aspectos, cada ciência deve ater-se a seu objeto de estudo e a seu método de abordagem, ambos devidamente delimitados e especificados.

Para Rojo (2007), a atividade do lingüista aplicado na última década tem convergido com o interesse em entender, explicar ou solucionar problemas, objetivando a criação ou o aprimoramento de soluções para tais problemas, tomados em sua contextualização, em sua relevância social, o que confere às soluções condição de conhecimento útil a participantes sociais efetivos. Assim, “[...] a orientação para o problema como abordagem dominante na *LA* substituiu gradualmente a orientação para a teoria.” (p. 1761)

Discussões sobre *interdisciplinaridade* constituem um tema complexo, na maioria das vezes, concebido como tangente apenas ao campo da educação. Trata-se, porém, de uma reflexão que ganhou terreno amplo, sobretudo entre as ciências humanas e sociais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, evocando formas de ver, sentir e estar o mundo. Um olhar *interdisciplinar* supõe que a análise de um acontecimento, de um fenômeno específico, tem dimensões sociais, naturais, históricas e culturais. Esse olhar implica uma compreensão do mundo de forma holística, em sua rede infinita de relações, em sua complexidade.

Desse modo, o embate *clássico* entre a *produção* de teorias e o *uso* de teorias, a que fizemos referência na Unidade anterior, dá lugar à priorização de problemas para os quais o lingüista aplicado propõe-se a buscar soluções. “A questão é: não se trata de qualquer problema – definido teoricamente – mas de problemas com relevância social suficiente para exigirem respostas teóricas que tragam ganhos a práticas sociais e a seus participantes, no sentido de uma melhor qualidade de vida, num sentido ecológico” (ROJO, 2006, p. 258).

Inferimos que essa postura implica um posicionamento político, uma concepção de conhecimento que revela preocupação com a repercussão no entorno, isto é, uma produção de conhecimento que, de algum modo, contribua para qualificar a vida humana. Moita-Lopes (1998 *apud* ROJO, 2007), nesse sentido, atenta para a responsabilidade social da pesquisa, argumentando que tal responsabilidade estende-se desde o recorte do problema – o que merece, de fato, ser estudado – até a própria estrutura da investigação. Considerar a atividade científica sob essa perspectiva implica, assim, promover mudanças na seleção e no enfoque dos objetos a serem investigados.

Escreve Rojo (2007, p. 1762):

Trata-se, então, de se estudar a língua real, o uso situado da linguagem, os enunciados e discursos, as práticas de linguagem em contextos específicos, buscando não romper esse frágil fio que garante a visão da rede, da trama, da multiplicidade, da complexidade dos objetos-sujeitos em suas práticas.

Como podemos observar, a redefinição do objeto de estudo da *Lingüística Aplicada* foge, em grande medida, das relações quase biunívocas que estabelecia com o ensino de línguas no início de seu processo de instauração como disciplina de estudo. Agora, esse campo do conhecimento extrapola o universo escolar para ganhar espaço na sociedade em seu desenho mais amplo, focalizando os usos da língua nas diferentes instâncias, nos diferentes contextos, nas mais variadas interações e nos problemas suscitados nesses universos múltiplos.

Ao final de suas considerações, na citação anterior, Rojo (2007) faz alusão a inter-relações entre diferentes disciplinas, componente dessa

nova visão da *Linguística Aplicada*, mas, diferentemente do que se dá com a redefinição do objeto de estudo, tais inter-relações são motivo de embate, como veremos na seção a seguir.

4 A busca dos fios da rede: interpenetração das disciplinas no campo da *Lingüística Aplicada*

Signorini (1998, p. 101), a exemplo de outros estudiosos da área, advoga em favor da ruptura de fronteiras em *Lingüística Aplicada* no que diz respeito a uma visão disciplinar. A autora critica a tradição analítica que compartimenta o conhecimento e que zela para que não haja interpenetrações – cada ciência deve manter-se nos limites de seu objeto de conhecimento e de seu método. Segundo a autora, é preciso contemplar “[...] a ‘mistura que tece o mundo’, ou ‘tecido inteiriço das naturezas-culturas’, isto é os elementos híbridos em que se entrelaçam o mundo dos objetos e o mundo dos sujeitos, agenciados (ou envolvidos) numa mesma trama ou rede através de um fio frágil [...]”.

E o que isso significa de fato? Em nosso entendimento, a *Lingüística Aplicada*, na contemporaneidade, propõe revisão de seu objeto de estudo, distinguindo-se da concepção *habitual* a que nos referimos na Unidade anterior, para assumir uma postura de diálogo com as diferentes ciências na investigação de problemas social, cultural e historicamente relevantes.

Essa resignificação exige que o estudo da língua em uso transcenda fronteiras disciplinares para promover o imbricamento entre diversas áreas do conhecimento. Desse modo, a *Lingüística Aplicada* transita da condição de mais uma *disciplina dos estudos lingüísticos* para a condição de *campo de conhecimento*, que se erige em uma perspectiva *inter/multi/pluri/trans* disciplinar e no bojo da qual várias disciplinas se entretecem, se enovelam.

Com relação a tal trama, esse novo olhar sobre a Lingüística Aplicada suscita polêmica entre os próprios lingüistas aplicados no que diz respeito à natureza do diálogo entre as diferentes disciplinas.

Moita-Lopes (1998 apud ROJO, 2007, p. 1763) escreve:

[...] não se pode fazer LA transdisciplinarmente. Pode-se, contudo, como lingüista aplicado, atuar em grupos de pesquisa de natureza transdisciplinar que estão estudando um problema em um contexto de aplicação específico para cuja compreensão as intravisiões do lingüista aplicado possam ser úteis.

Mas o que significa, de fato, a transdisciplinaridade que Moita-Lopes nega?

Celani (1998 apud ROJO, 2007, p. 1763) escreve:

Transdisciplinaridade envolve mais do que a justaposição de ramos do saber. Envolve a coexistência em um estado de interação dinâmica, o que Portella (1993) chamou de esferas de coabitação. [...] Novos espaços de conhecimento são gerados, passando-se, assim, da interação das disciplinas à interação dos conceitos e, daí, à interação das metodologias.

Trata-se, enfim, da ruptura de limites, da interpenetração entre as diferentes disciplinas de estudo, o que provoca a construção de novos conceitos, agora comuns a todas ou a parte dessas mesmas disciplinas. O enfoque *transdisciplinar* não se limita a “empréstimos” conceituais entre as disciplinas, mas a construções conceituais conjuntas. Dá-se uma simbiose, um processo de união, de perda de oposições, e não apenas uma interface, uma justaposição.

Nessa nova fase da *Lingüística Aplicada*, parece não haver embates quanto à ressignificação do objeto: o foco, agora, não se limita ao ensino de línguas, estende-se a problemas social, cultural e historicamente relevantes, para os quais o lingüista aplicado busca soluções. Seguramente, porém, há embates sobre os *fios da rede*: de que modo essa nova abordagem promove o diálogo entre diferentes disciplinas de caráter aplicado? Trata-se de *transdisciplinaridade* (o que supõe *simbiose*, perda de oposições entre as disciplinas), de *interdisciplinaridade* (o que supõe interfaces entre as disciplinas) ou *indisciplinaridade* (o que supõe negação das disciplinas como tais)? Nosso propósito, nesta abordagem introdutória, seguramente não é dar respostas a essa questão, mas registrar a existência dessa discussão sob tais perspectivas. Inferimos tratar-se de um

caminho em construção, o qual, dadas as profundas mudanças que traz a reboque, demanda tempo para equilíbrio e legitimação.

Rojo (2007, p.1763, grifos da autora), por exemplo, distingue práticas *transdisciplinares* e práticas *interdisciplinares*:

[...] práticas de investigação interdisciplinares enfocam o objeto a partir de múltiplos pontos de vista disciplinares, com ou sem interação entre esses pontos de vista, mas não chegam a (re)configurar o objeto no campo de investigação da LA, constituindo-o como complexo, isto é, como “um todo mais ou menos coerente, cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência ou de subordinação”. Já os “percursos transdisciplinares de investigação geram configurações teórico-metodológicas próprias, isto é, não coincidentes com, nem redutíveis às contribuições das disciplinas de referência.”

Segundo a autora, enfim, os percursos transdisciplinares de investigação produzem teoria no campo aplicado e não simplesmente a consomem. Em nossa compreensão, no entanto, a questão mais importante não é a discussão que define se a nova *Lingüística Aplicada* é transdisciplinar, interdisciplinar ou indisciplinar, mas o fato de que esse novo olhar traz consigo o convite para a permeabilidade entre diferentes áreas do conhecimento na busca de soluções para problemas lingüísticos socialmente relevantes.

3 O caminho em construção

O novo *status* que a *Lingüística Aplicada* constrói paulatinamente representa, com a licença da metáfora, um “rompimento do cordão umbilical” mantido com a lingüística teórica, mais precisamente, um rompimento com a condição de disciplina *derivada de*. Moita Lopes (2006) defende arduamente essa nova condição, sugerindo um posicionamento, sob muitos aspectos, político. Esse estudioso propõe uma concepção de *Lingüística Aplicada* que transcenda a clássica discussão entre *aplicação da lingüística* e *lingüística aplicada*. Escreve ele:

A compreensão de que a LA não é aplicação da lingüística é agora um truísmo para aqueles que atuam no campo [...]. Tendo começado sob a visão de que seu objetivo seria aplicar teorias lingüísticas [...], a LA já fez a crítica a essa formulação reducionista e unidirecional de que as teorias lingüísticas forneceriam a solução para os problemas relativos à linguagem com que se defrontam professores e alunos em sala de aula. O simplismo aqui é claro. Como é possível pensar que teorias lingüísticas, independentemente das convicções dos teóricos, poderiam apresentar respostas para a problemática do ensinar e do aprender em sala de aula? Uma teoria lingüística pode fornecer uma descrição mais acurada de um aspecto lingüístico do que outra, mas ser completamente ineficiente do ponto de vista do ensinar e do aprender línguas. (p. 18)

Moita Lopes (2006) segue sua reflexão denunciando o que chama de *equivoco aplicacionista*, decorrente, segundo ele, do entusiasmo que a lingüística despertou em seu surgimento no início do século XX. O que aconteceu, segundo esse estudioso da área, foi uma compreensão apresada e pouco lúcida de que tal aparato teórico poderia focalizar questões que estavam além de seu próprio alcance. “Daí, então, ser possível explicar essa relação unidirecional entre teoria lingüística e a prática de ensinar/aprender línguas, típica da chamada aplicação da lingüística, que não contempla [...] a possibilidade de a prática alterar a teoria [...]” (p. 18 e 19)

O autor chama atenção para o fato de que, no Brasil, a *Lingüística Aplicada* tem ganhado territórios para além da sala de aula, tais como empresas, clínicas de saúde, delegacias de mulheres. Assim,

[...] a questão de pesquisa, em uma variedade de contextos de uso da linguagem, passou a ser iluminada e construída interdisciplinarmente. Tal perspectiva tem levado à compreensão da LA não como conhecimento disciplinar, mas como INdisciplinar [...] ou como antidisciplinar e transgressivo (p. 19, grifos do autor)

Para os estudiosos que, como Moita Lopes, movem-se na reivindicação de um novo status e de um novo perfil para a *Lingüística Aplicada*, é preciso considerar que essa área, contrariamente ao que propunha a concepção *habitual*, tem um construto que objetiva encaminhar soluções para os problemas com os quais se defronta ao focalizar a língua em uso. A *Lingüística Aplicada* cria inteligibilidades sobre tais problemas, a fim de que alternativas para esses contextos de uso da linguagem possam ser vislumbradas. Assim, ao que parece, a concepção de que esse ramo de estudos não produz teorizações precisa ser criteriosamente revisto, porque não parece mais ser essa a questão central.

Mais uma vez Moita Lopes (2006, p. 21):

A necessidade de repensar outros modos de teorizar e fazer LA surge do fato de que uma área de pesquisa aplicada, na qual a investigação é fundamentalmente centrada no contexto aplicado [...] onde as pessoas vivem e agem, deve considerar a compreensão das mudanças relacionadas à vida sociocultural, política e histórica que elas experienciam.

Essa *Lingüística Aplicada* contemporânea seria, no entendimento desse pesquisador, *mestiça*, ou seja, capaz de interagir com outras áreas do conhecimento como a antropologia, a sociologia, a etnografia. Trata-se da necessidade de *explodir* a relação entre teoria e prática, porque “[...] é inadequado construir teorias sem considerar as vozes daqueles que vivem as práticas sociais que queremos estudar; mesmo porque, no mundo de contingências e de mudanças velozes em que vivemos, a prática está adiante da teoria [...]” (MOITA LOPES, 2006, p. 31) A *Lingüística Aplicada*, nesse novo contexto, toma o sujeito social como heterogêneo, fragmentado, um sujeito historicamente inserido em um contexto [...]”

Rajagopalan (2006) entende que esteja se formando um consenso entre os estudiosos da *Lingüística Aplicada* de que cabe a esse ramo

de estudos evoluir da condição de mediador das relações entre a Lingüística, tomada em seu isolamento científico, e a sociedade, marcada pela necessidade de soluções práticas para seus problemas. É papel da *Lingüística Aplicada* contemporânea

[...] intervir de forma conseqüente nos problemas lingüísticos constatados, não procurando possíveis soluções numa lingüística que nunca se preocupou com os problemas mundanos (e nem sequer tem intenção de fazê-lo), mas teorizando a linguagem e formas mais adequadas àqueles problemas. [...] Dito de outra forma: a LA precisa repensar o próprio lugar da teoria e não esperar que seu colega “teórico” lhe forneça algo pronto e acabado para ser “aplicado” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 165, grifos do autor).

Como podemos observar, trata-se de uma proposta de efetiva mudança em relação à concepção *habitual* de *Lingüística Aplicada*. Entendemos que essa mudança tem subjacente um posicionamento claramente político que confere aos estudos desse campo comprometimento com a busca de soluções para problemas de cunho social relevante. O foco da guinada que observamos nesse campo de estudos não é mais a dicotomização entre *produção* de teoria e *uso* de teorias, mas o olhar sobre tais problemas e o estudo de formas trans/inter/indisciplinares de resolvê-los.

Em nossa compreensão, trata-se de um movimento rumo a uma *Lingüística Aplicada* que se assume cientificamente como um novo campo de estudos, transcendendo a condição de disciplina dos estudos lingüísticos e se propondo a dialogar com outras ciências e a produzir teorizações nas inteligibilidades que apresenta para os fenômenos estudados em seu objeto: a problematização da língua em sociedade.

Nessa discussão, parecem substancialmente relevantes as formas de conceber o ser humano, a sociedade e a língua. Sobre essa questão, entendemos válida a remissão a estudos *clássicos* da *Escola russa*, a exemplo de teorizações de Lev Vygotsky e de Michael Bakhtin sobre o papel da linguagem na constituição do homem, o que seguramente transcende dimensões localistas ou limitrofes deste ou daquele aspecto da natureza humana em nome de tomá-la em sua integralidade.

Unidade C

LA: temáticas, estudos e abordagens atuais



Introdução

Nas duas Unidades anteriores discutimos o surgimento da *Linguística Aplicada* e a movimentação rumo a novas formas de conceber esse campo. Nesta terceira e última Unidade, faremos registros pontuais sobre estudos, pertinentes à área em questão cujo desenho remete à busca de soluções para problemas lingüísticos socialmente relevantes, em uma perspectiva de imbricamento entre diferentes disciplinas que, de alguma forma, topicalizam a *língua(gem)*. O foco da discussão serão as seguintes áreas: *língua(gem)* e cognição, *língua(gem)* e sociedade e *língua(gem)* e ensino de línguas.

6 Língua(gem) e cognição

Relações entre *língua(gem)* e pensamento sempre instigaram lingüistas, psicólogos, antropólogos e etnógrafos, para citar apenas alguns dentre os tantos profissionais que se ocupam de estudar o ser humano. A linguagem organiza o pensamento? O pensamento precede a linguagem? A linguagem articula-se ao pensamento tão-somente por ocasião do processamento de saída da informação do sistema cognitivo que o cérebro suporta? Que relações são essas exatamente?

As respostas são tantas quantas forem as perspectivas teórico-epistemológicas sob as quais tomemos a questão. Recorramos ao *Curso de Lingüística Geral*, que, em 1916, registrou a célebre frase atribuída a Saussure: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]” (CLG, 2000 [1916], p. 15); ou seja, dependendo das teorias a que nos filieemos, explicaremos de um modo ou de outro a realidade que se dá a conhecer.

Por que estamos discutindo essas questões? Nesta Unidade, propomo-nos a apresentar a você estudos, possibilidades, exemplos de problemas lingüísticos socialmente relevantes para os quais a Lingüística Aplicada, tomada em sua nova acepção, busca respostas. Uma dessas questões diz respeito à forma como se processa o desenvolvimento cognitivo dos homens em se tratando das relações que estabelecem com a língua escrita, o que implica discutir a interação entre linguagem e pensamento.

Vygotsky (2000 [1984]) entende a *língua(gem)* como organizadora do pensamento, já fizemos alusão a essa função no início deste estudo, no entanto, quer comunguemos com esse teórico da aprendizagem acerca dessa concepção, quer concordemos com Piaget (1999 [1986]), para quem o pensamento precede a linguagem, quer tomemos uma perspectiva inatista como a de Pinker (2002), segundo a qual o pensamento seria, em grande medida, amorfo, ou quaisquer outras perspectivas teóricas acerca dessas relações, parece certo haver profunda interação entre o ato de pensar – a formação de conceitos e a simbolização/internalização do real – e o uso da *língua(gem)*.



Jean Piaget

Para Jean Piaget o pensamento precede a linguagem, a qual se limita a transformá-lo na direção de uma abstração mais móvel, permitindo a simbolização do real. A linguagem é vista como necessária, mas não suficiente para explicar o pensamento e a construção das operações lógicas.



Steven Pinker

Steven Pinker advoga em favor do que chama de mentalês, conceito potencialmente capaz de dar conta da característica amorfa do pensamento. Para o autor, o pensamento não se organiza sob forma de linguagem, tanto que podemos traduzir um mesmo pensamento por meio de formas lingüísticas diversas.

Essas relações subjazem a estudos aplicados que problematizam um conjunto de questões relacionadas à cognição, a exemplo de implicações de aprendizagem em diversas áreas, neuropatologias, neurofisiologia da linguagem, aquisição e desenvolvimento de linguagem, mobilidade em sociedades grafocêntricas, capacidade de abstração e simbolização etc. Nesse âmbito, o tratamento de tais questões, se considerado o viés contemporâneo da *Lingüística Aplicada*, demanda a busca por respostas para problemas instigantes sob o ponto de vista das sociedades, fazendo-o em uma perspectiva *trans/inter/indisciplinar*.

Tomemos um exemplo ilustrativo para deixarmos mais claras nossas impressões sobre esses processos: os estudos sobre *letramento* e os estudos sobre *alfabetização*. Historicamente, considerava-se que uma pessoa era *letrada* quando dotada de grande erudição, ou seja, quando detinha, em profusão, informações de cultura escolarizada. Com a disseminação da escrita, a partir da invenção da imprensa e, mais recentemente, com a potencialização dos textos escritos, motivada pela globalização e pelas redes de computadores, as sociedades vêm apresentando usos crescentemente mais elaborados, diversificados e intensos da língua escrita, expondo sujeitos de todos os níveis de escolarização, tanto quanto sujeitos não-escolarizados, a tais usos.

Nesse contexto, tem surgido uma problemática lingüística, social, histórica e culturalmente relevante: Como sujeitos analfabetos ou pouco escolarizados conseguem mover-se em sociedades cada vez mais centradas na escrita? Essa centralização parece evidente nas ruas das grandes cidades, tomadas de informação escrita; na substituição dos telefonemas por *e-mails* e “torpedos” e, até mesmo, na transformação por que passam as aulas – na educação a distância, por exemplo, as aulas são escritas pelos professores e lidas pelos alunos.

A busca de respostas para as implicações dessa questão não pôde ser empreendida pela ciência Lingüística nos limites de sua condição científica. É notório que a problemática traz consigo implicações de natureza cultural que demandam conceitos de antropologia, sociologia, etnografia, entre outras disciplinas. Esse necessário imbricamento fez surgir novos conceitos, não apenas justapostos, mas fruto da ruptura de fronteiras entre essas disciplinas e a *Lingüística Aplicada*.

A redefinição do conceito de *letramento* é um bom exemplo disso. Lingüistas aplicados como Ângela Kleiman, Leda Tfouni e Magda Soares, entre outros, em interface com estudos de antropólogos como Brian Street e David Barton, e com etonógrafos como Shirley Heath, socializaram suas impressões sobre novos olhares acerca dos usos sociais da escrita. Essa socialização tem contribuído na construção de explicações possíveis para a forma como analfabetos e sujeitos pouco escolarizados conseguem transitar nas sociedades grafocêntricas atuais, apresentando alternativas para ressignificar a compreensão desse fenômeno.

Hoje, a concepção de *letramento* como usos sociais da escrita motivados por ancoragens políticas, sociais e históricas, denota a forma como as diferentes culturas lidam com a língua escrita, contrapondo-se ao posicionamento *clássico* de estudiosos como Angela Hildyard, David Olson e Patrícia Greenfield, dentre outros pesquisadores, cuja argumentação fez crer a muitos interessados na área que culturas escolarizadas seriam superiores a culturas ágrafas no que respeita à capacidade de abstração do real. Posturas como essas potencializaram equívocos relacionados à valoração e à hierarquização de culturas a partir do maior ou menor domínio da palavra escrita.

Publicações em *Lingüística Aplicada* têm tido impacto significativo na minimização do estigma de populações historicamente tidas como menos capazes de abstrair a realidade, como inferiores sob o ponto de vista cognitivo, como pertencentes a construtos antropológicos menos complexos que comunidades intensamente usuárias da escrita. Isso, em nosso entendimento, somente vem sendo possível porque a *Lingüística Aplicada* “enovelou-se” com outras ciências na busca de respostas a esse fenômeno socialmente relevante.

Tomar *letramento* sob o viés de práticas de uso social da escrita tem permitido a lingüistas aplicados como Angela Kleiman denunciar um *modelo autônomo de letramento*, concebido como erudição, ao qual todos os sujeitos, em tese, deveriam ascender sob pena de serem tidos como menos capazes. Em oposição a esse modelo, lingüistas aplicados apregoaram a existência de um *modelo ideológico de letramento*, segundo o qual cada sociedade e cada cultura lidam com a escrita de uma forma diferente, não mais complexa nem menos complexa, apenas singular.

Essa perspectiva não exige, naturalmente, a busca por padrões crescentemente mais refinados de trato com a língua escrita, mas nega a existência de um *padrão único*, para estabelecer *padrões internos a cada cultura* e tão-somente a elas correspondentes. Assim, não parece mais viável comparar e hierarquizar culturas tendo a escrita como parâmetro.

Questões relacionadas à alfabetização constituem outro foco de interesse de psicolinguistas aplicados, no que diz respeito às relações entre linguagem e cognição, sobretudo em países em desenvolvimento, nos quais se verifica um contingente expressivo de cidadãos excluídos de usos mais refinados da língua escrita por conta do não-domínio do código alfabético.

Essa é uma questão que diz respeito à escola, mas que atinge a sociedade como um todo, dadas suas implicações com os processos de cidadania. Trata-se de um problema relevante sob o ponto de vista social, questão para a qual a *Linguística Aplicada* tem buscado respostas, em interface com disciplinas da Educação, focadas em teorias de aprendizagem, tanto quanto, hoje, em interface com disciplinas das neurociências, cujos construtos teóricos têm mostrado, de modo crescentemente mais preciso, como se dá o processamento neural da informação no cérebro. Isso sem mencionar disciplinas como a antropologia e a sociologia, as quais evidenciam centros de interesse e particularidades culturais dos sujeitos que, a exemplo do que propunha Paulo Freire na década de 1980, têm de ser considerados no desencadeamento de iniciativas de alfabetização.

Esses são apenas dois focos de problematização de interesse do linguista aplicado no que concerne às relações entre linguagem e cognição. Poderíamos nos alongar em outras tantas questões cuja abordagem traz consigo qualificação de vida do ser humano em sua inserção social, cultural e histórica, mas limitamo-nos a essas por conta da natureza introdutória desta disciplina.

7 Língua(gem) e sociedade

Seguramente, em nosso entendimento, uma das questões mais apaixonantes nos estudos da *língua(gem)* são as relações entre língua e sociedade, considerando que, como propunha Vygotsky (2000 [1984]), uma das funções da linguagem é o intercâmbio social. No âmbito dessa discussão, uma série de problemas relevantes convida o lingüista aplicado à ação. Discutamos um dentre eles: a existência de uma *norma padrão* de fala, cuja vigência estigmatiza usuários da língua que dela não se apropriam.

Signorini (2006), por exemplo, reflete sobre a *língua(gem)* na sociedade democrática, defendendo a *legitimidade da língua em uso* e não a *legitimidade de determinados usos da língua*. Escreve a autora:

A igualdade entre os falantes, independentemente das posições numa dada ordem sociolingüística, é primeira e fundamental para que se coloque a questão da legitimidade da língua em uso [...], pois é anterior a toda a hierarquização. Nesse sentido, trata-se de uma radicalização do conceito lingüístico de falante autorizado [...], herdado da antropologia: sua condição de falante – ou seja, sua capacidade de interagir verbalmente no coletivo – é o que legitima os usos que ele faz dessa mesma língua. Não são determinados usos que ele faz da língua, ou determinadas formas que utiliza, que o legitimam como falante competente daquela língua. (p.171)

Essa discussão remete à conhecida polêmica que acompanha a chamada *norma padrão de fala*, sobretudo, desde meados do século XX. Mas que problemas socialmente relevantes podem situar-se nesse campo das relações humanas? Quaisquer padronizações de natureza cultural implicam, na maior parte das vezes, estigmatização de determinados sujeitos alijados desse padrão. Quando se padronizam os usos de uma língua, emerge a tendência de valorização dos usuários a partir de sua maior ou menor aproximação em relação a esse padrão.

Na disciplina *Introdução aos Estudos da Linguagem*, discutimos questões de sociolingüística relacionadas à variação nos usos da língua e pudemos observar que, via de regra, as populações menos escolarizadas são aquelas que constituem alvo mais recorrente do preconceito lingüísti-

co, em razão, possivelmente, do fato de que os processos de escolarização e apropriação da erudição tendem a mudar a forma de falar dessas populações: dificilmente, por exemplo, um falante mantém o uso de formas como “açucré” e “bassora” após um intenso processo de escolarização.

Expliquemos melhor nosso entendimento desse fenômeno. Parece notório que o lingüista aplicado, nessa nova concepção, ocupa-se de problemas sociais relevantes, buscando, por exemplo, soluções para o estigma social que comumente reveste populações menos escolarizadas em se tratando dos usos da língua. Contrapor-se à existência de um padrão único seria, no entanto, a forma mais funcional de encontrar solução para tal estigma? De novo Signorini (2006, p. 171):

[...] a lógica vigente coloca em litígio [...] a pressuposição de intercompreensão como pano de fundo ou projeção do que é possível ou desejável na comunicação social e trabalha com a idéia de que, somente com a padronização das formas lingüístico-discursivas, se estabelecem as condições mínimas de interlocução compreensiva, no sentido de produtiva, entre os falantes da língua nacional.

O que isso quer dizer exatamente? Compreendemos que a autora condena a desconsideração de que, falando do modo como o fazem, os usuários de uma língua se entendem em seus espaços de interação social, independentemente de esse falar corresponder ou não a um padrão pré-estabelecido. A observância do padrão de fala, por sua vez, não assegura a comunicação entre diferentes sujeitos; eles são plenamente aptos a se comunicarem em seus próprios usos, mesmo que tais usos destoem da norma padrão.

Prossegue Signorini (2006, p. 171-172):

A inversão dessa lógica vigente [é o uso da norma padrão que assegura a comunicação em um país] é fundamental, pois nos permite melhor compreender por que variação e concorrência de formas lingüístico-discursivas, num contexto sociocultural não-estagnado, não são sinais de perda, decadência ou crise nos usos da língua ou na “competência” dos falantes e sim nos modos de conceptualização e descrição do construto língua, tanto pelo senso comum quanto pela mídia e demais instituições comprometi-

das com a manutenção do princípio liberal republicano, herdado do Iluminismo e da Revolução Francesa, de fazer equivaler língua legítima e língua comum a todos os cidadãos.

Essa “fala” da autora, em nosso entendimento, visibiliza, com bastante precisão, o caminho que o lingüista aplicado busca seguir na modernidade: agir, assumindo posicionamentos políticos evidentes, quando necessário, em favor da qualificação de vida do homem, mesmo que isso represente contraposição ao chamado *status quo*. Retomemos, ainda mais uma vez, a “voz” de Signorini, por meio da qual essa postura fica bastante explicitada.

No âmbito do Estado-nação liberal republicano, essa igualdade [neutralização das diferenças entre os usuários da língua pelo domínio da norma padrão] é algo a ser conquistado individualmente por cada falante por meio do letramento escolar: por meio da escolarização, todos podem apropriar-se das formas e funções valorizadas pelo Estado e demais instituições e, assim, conquistar a igualdade de condições na comunicação social. Mas como esse é um objetivo sempre postergado para a maioria, inclusive os escolarizados, acaba funcionando como uma espécie de alibi que vai sempre justificar a diferença congênita irredutível que desqualifica a maioria dos falantes enquanto falantes autorizados e, conseqüentemente, enquanto interlocutores, agentes, cidadãos. (2006, p. 172)

Discussões sobre os usos da língua e as relações desses usos com o preconceito lingüístico e com a cidadania são, via de regra, de grande interesse da *Lingüística Aplicada*, dada a condição de maior ou menor *status*, maior ou menor aceitação social, maiores ou menores oportunidades de empregabilidade que estão subjacentes a essas discussões. Usar a variante padrão, não raro, implica gozar de efetivo “espaço de voz” na sociedade contemporânea e, o oposto, ou seja, não dominá-la, seguramente traz implicações negativas para o sujeito.

Signorini (2006), na citação imediatamente anterior, ressalta que o letramento escolar, ou seja, um processo efetivo e qualificado de educação, potencialmente permite ao sujeito apropriar-se da norma padrão de fala. Como bem pontua a autora, no entanto, em países como o Brasil, a excelência do processo de escolarização não é uma realidade para as populações mais pobres, o que significa, em grande medida, que a es-

cola pode não lhes facultar o domínio da variedade de fala de prestígio.

Como, então buscar soluções para esse problema? Vários caminhos têm sido apontados por lingüistas aplicados, desde o “bidialetalismo para a transformação” (apropriar-se da variedade de prestígio como mais uma forma de falar) de que trata Soares (1986), até a revisão da “polarização diglössica” (não-hierarquização, não-divisão, não-classificação dos modos de falar, os quais se interpenetram constantemente), proposta por Signorini (2006).

Essa, no entanto, é uma discussão que deixamos para outras instâncias, já que, aqui, nosso objetivo é tão-somente **aludir a** temas, estudos, focos de interesse da *Lingüística Aplicada* em sua nova configuração. A discussão da hegemonia da *norma padrão de fala* e o preconceito que o não-domínio dessa norma suscita parecem ser, de fato, problemas socialmente relevantes que merecem a atenção do lingüista aplicado de agora.

8 Língua(gem) e ensino de línguas

Um terceiro e último foco que abordaremos nesta Unidade são as relações entre *língua(gem)* e ensino, bastante evidentes por sua própria constituição histórica. Nesta seção, discutiremos em que medida a *Linguística Aplicada*, em sua nova configuração, tem interesse por tal tema, que, na época do surgimento desse campo de estudos, constituiu item prioritário na agenda do lingüista aplicado.

Em nosso entendimento, esse interesse da *Linguística Aplicada* pelo ensino de línguas sempre há de existir, sobretudo no que diz respeito à formação de profissionais da área, quer sejam eles de língua materna, quer sejam de línguas estrangeiras. Justificamos tal entendimento no fato de que, da qualificação da atividade docente, depende, em boa medida, a excelência do processo de letramento escolar a que fizemos alusão na seção anterior. Assim, se o lingüista aplicado contemporâneo efetivamente ocupa-se de questões socialmente relevantes, precisa manter sua atenção na escola, instituição que tanto pode emancipar ou limitar o sujeito, dependendo da qualidade e da natureza do processo que empreende.

Nesse universo de formação do professor de língua, uma das questões que parece aflorar mais efetivamente é a dimensão sociocultural e sócio-histórica dessa formação.

Rojo (2006, p. 262) escreve:

Diferentes matrizes de atividade e diferentes atividades de linguagem [...] terão efeitos diversos na constituição das formas de ação e das formas de dizer a ação (linguagem) [...] Embora essa seja uma posição largamente aceita no paradigma sócio-histórico de investigação (social, psicológica, psicolingüística), ela não deixa de envolver algumas questões de fundo, ainda em elaboração por diferentes enfoques: a relação entre ação, linguagem e pensamento; a interseção entre as práticas sociais e as práticas individuais; o mecanismo de apropriação das práticas sociais por sujeitos em processo de constituição. (grifos da autora)

Ainda que a autora não trate especificamente da formação docente, é possível iluminar nossa discussão com o pensamento de Rojo uma vez que a “a apropriação de práticas sociais por sujeitos em processo de constituição” implica, em grande medida, comportamento lingüístico mediado pela escola. Assim, em se tratando de ensino e aprendizagem de línguas, surge flagrante a necessidade de que os docentes compreendam a importância de situar, em contextos efetivos de sentido, as práticas por meio das quais buscam a proficiência de seus alunos na língua objeto de estudo.

Tal contextualização implica consideração de premissas socioculturais e sócio-históricas, a exemplo do lugar social ocupado pelos aprendizes, do *status* que a língua objeto de aprendizagem ocupa nesse lugar social e da forma como os sujeitos empreendem suas interações sociais nessa língua.

Nesse processo, o lingüista aplicado tem diante de si problemáticas instigadoras como o acesso dos diferentes sujeitos ao idioma objeto de aprendizagem e a apropriação desse idioma por parte de tais sujeitos em situações significativas de comunicação. Ao lingüista aplicado interessa conhecer as práticas escolares, na busca de respostas relacionadas ao funcionamento da linguagem, comportamento que se distingue dentre os diferentes usuários da língua. Ao lingüista aplicado cabe focalizar a heterogeneidade do processo, tendo, no entanto, por base a dimensão homogeneizadora da prática escolar.

Kleiman (2006, p. 2) registra:

[...] se eu quero ensinar o bilhete na escola, eu tenho que ensinar o objeto que é o mesmo para todos. Mas, cada vez que eu escrevo um bilhete, ele é diferente. Cada pessoa que escreve um bilhete tem enunciação, contextos, objetivos diferentes. E, como lingüista aplicada, eu estou interessada na relação desse texto com o contexto, que é sempre diferente, sempre heterogêneo. Mas, se eu quero ensinar, eu vou precisar de alguns pontos comuns, não posso ficar no díspar, eu tenho que achar a semelhança.

Kleiman (2006) defende ser papel do lingüista aplicado fomentar o que chama de *letramento profissional* para o professor, em seu local de trabalho. Segundo ela, para o letramento no local de trabalho, o que interessa é que o leitor ou escritor traga seus conhecimentos para uma atividade relevante, neste caso, da esfera profissional.

Segundo a autora, uma outra esfera importante é a do *letramento acadêmico*, que forma o aluno para a pesquisa, para a busca de informação, permite uma abertura para a aprendizagem constante. Essa concepção de *letramentos múltiplos*, situados e diferenciados, registra Kleiman (2006), evidencia como a ação do lingüista aplicado pode contribuir na busca de respostas para grandes desafios da atividade docente no ensino e aprendizagem de línguas.

Em seu entendimento, o professor deve ser responsável por seu próprio processo de formação, mas precisa ter suportes e tipos de contextos físicos para fazer esse trabalho. A universidade tem de ajudar nesse processo, porque a formação desses professores não é independente de outras redes de formação e de conhecimento, é autônoma no sentido de que são os professores os que fazem as perguntas, os que decidem o que querem saber, mas a ação do lingüista aplicado, preocupado com problemas socialmente relevantes, deve considerar esse compromisso das agências formadoras.

Considerações Finais

Esperamos que tenham ficado claros para você os dois recortes sob os quais os estudos da *Lingüística Aplicada* são tomados modernamente. O primeiro deles, que optamos por chamar, aqui, de concepção *habitual*, vê esse ramo de estudos como uma espécie de interface entre os estudos da lingüística teórica e a realidade social. Sob essa perspectiva, a *Lingüística Aplicada* opera com o uso de teorizações lingüísticas prontas na interpretação e no estudo da realidade da língua em uso, ou seja, em fenômenos lingüísticos socioculturalmente situados, cujos protagonistas são sujeitos históricos concretos.

Essa concepção, no entanto, vem sendo objeto de ferrenha crítica por parte de um significativo grupo de lingüistas aplicados que defendem ruptura com esse comportamento e com essa visão, propondo uma *Lingüística Aplicada* que não dicotomize teoria e prática, mas que as tome dialeticamente, como mutuamente influenciáveis.

Signorini (2006) defende percursos de investigação de natureza transdisciplinar, diálogos da *Lingüística Aplicada* com outros campos do conhecimento, o que exige abertura para que os princípios orientadores de uma teoria ou prática possam transformar o campo com o qual dialogam, sem que isso signifique apenas o empréstimo de conceitos e categorias, nem a redução de uma teoria ou disciplina à outra.

Cientes da distinção entre essas concepções acerca da *Lingüística Aplicada*, concordamos com o pensamento de Moita Lopes e de Rajagopalan na crítica a um comportamento passivo da *Lingüística Aplicada* em relação à lingüística teórica, mas entendemos que essa discussão é ainda embrionária, ou seja, está em fase de consolidação.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BRUMFIT, C. Theoretical Practice: Applied Linguistics as pure and practical science. **AILA Review**, Reino Unido, n.12, 1995. p. 18-30
- CELANI, M.A.A. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) **Lingüística Aplicada: perspectivas**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998. p. 129-142
- GERALDI, W. (Org.) **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. In: Duranti, A. (Org.) **Linguistic Anthropology: a reader**. Oxford: Blackwel, 2001. p. 318-342
- KUMARAVADIVELU, B. A Lingüística Aplicada na era da globalização. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129-147.
- MOITA-LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Lingüística Aplicada? In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C.(Orgs.) **Lingüística Aplicada: perspectivas**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.
- MOITA-LOPES, L. P.. (Org.) **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1986]
- PINKER, S. **O instinto da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- RAJAGOPALAN, K. The language issue in Brazil: when local knowledge clashes with expert knowledge. In: CANAGARAJAH, S. (Org.) **Local knowledge globalization and language teaching**. New York: LAWRENCE Erlbaum Associates, 2005. p. 99-112.
- RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da Lingüística Aplicada. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-166.
- RAPOSO, Eduardo. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.
- ROJO, R. H. R. Fazer Lingüística Aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma lingüística interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 224-274

ROJO, R.H.R. Gêneros do discurso no círculo de Bakhtin: ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007. Tubarão. **Anais do IV simpósio internacional de estudos e gêneros textuais**. Tubarão/SC: [S.n], 2007. p. 1761-1775

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

SARDINHA, T. B. Lingüística de *corpus*: histórico e problemática. **Delta**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2000.

SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Lingüística Aplicada contemporânea. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 169-189

SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) **Lingüística Aplicada: perspectivas**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.

SIGNORINI, I. Do residual, ao múltiplo e ao complexo: o objeto de pesquisa em Lingüística Aplicada. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) **Lingüística Aplicada: perspectivas**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998. p. 99-110.

SOARES, M. **Linguagem e escola**. São Paulo: Ática, 1986.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Mercado Aberto, 2002 [1984]

WIDDOWSON, H. G. **Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

KLEIMAN, A. **Lingüística aplicada e formação de professores**. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Mercado Aberto, 2002 [1984]